

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS BENEFICIADAS
PELO FUNDO PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO – FUNRES

Autor

HUMBERTO ROSA OLIVERIA

COLABORADORES

Carlos Egídio De Jesus

Everaldo Marcos Merisio

Kelly Cristina Demoner

Lucimara Simões Brandão

Rita Campanharo Bebeti

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS BENEFICIADAS
PELO FUNDO PARA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO – FUNRES

RESUMO

O Estado do Espírito Santo é beneficiado pelo Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, que foi criado com o objetivo de promover o crescimento da economia capixaba através de apoio financeiro às empresas. Espera-se que este fundo consiga promover mais empregos, tributos e equilíbrio regional para o estado. Operacionalizado pelo Grupo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, órgão gestor, e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, agente financeiro, os seus recursos são provenientes de incentivos fiscais do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas de empresas domiciliadas no estado. Através da linha de subscrição de debêntures, o fundo tem se tornado acionista de empresas. Neste artigo, descreve-se a situação econômica e financeira de um grupo de empresas que o fundo tem participação acionária, e conclui-se que existem fortes indicativos que um número relevante de empresas que recebem incentivos fiscais apresentam resultados negativos, operam com capital de terceiros, apresentam índices de liquidez que sinalizam situação financeira propensa ao desequilíbrio.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Até o final da década de 60 o setor primário predominou na economia espírito-santense, caracterizado pela monocultura cafeeira que chegou a representar 54% do PIB. A partir do início da década de 70 a economia começou a sofrer transformações com o processo de industrialização amparada na instalação de grandes plantas industriais.

Em decorrência da mudança de perfil econômico, a Lei Estadual nº 2.413 criou o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito – BANDES com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento econômico do estado.

Considerado politicamente como um estado em desenvolvimento, o Espírito Santo tem sido beneficiado pela política de incentivos fiscais instituídos no país a partir de 1974 pelo governo federal, passando inclusive a ser considerado para esses fins um estado da região nordeste do País.

Essa posição política permitiu a criação da Lei Estadual nº 2.469, que concede incentivo de 5% sobre o saldo do Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS a ser recolhido ao estado pelos contribuintes nele estabelecido e a criação do Decreto-Lei nº 880, que instituiu o Fundo de Recuperação Econômica do estado do Espírito Santo – FUNRES, que tem como objetivo promover o crescimento e a modernização da economia estadual através do apoio financeiro às empresas, visando o equilíbrio regional, incentivo à entrada de novas unidades produtoras no mercado, elevação dos níveis de competitividade da empresa capixaba, capacitação tecnológica das empresas, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento, geração de empregos e tributos, e regulamenta o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do estado do Espírito Santo – GERES que é vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento com a finalidade de administrar e disciplinar o uso dos recursos do FUNRES.

Desta forma, as empresas com sede fiscal no Espírito Santo que tenham interesse em investir na economia capixaba que fizerem a opção pelo FUNRES através de deduções tributárias permitidas em Lei, além de dar sua contribuição para a formação de poupança regional e a viabilização de financiamentos de médio e longo prazo, adquirem a vantagem de: acesso a linhas e programas especiais de financiamentos; subscrição de debêntures, sendo parte conversível em ações; opção direta em benefício de projetos próprios ou de sociedades, etc. Percebe-se que a

empresa beneficiada pelo FUNRES recebe recursos provenientes da renúncia fiscal do governo federal, que transfere uma parcela do imposto de renda recolhido pelas empresas optantes pelo sistema com sede fiscal no estado. Por se tratar de recursos públicos, conclui-se que conhecendo a situação econômica e financeira dessas empresas estamos fornecendo elementos que agregam valor a discussão sobre a política de incentivos fiscais no país, em especial a que o estado do Espírito Santo está sendo beneficiado.

1.2 Objetivo do Trabalho

A Contabilidade se fez consolidar, no complexo quadro de referência ambiental dos negócios, pela derivação direta do papel de intermediação exercido pela informação contábil, principalmente entre a empresa e os usuários (governo, investidores, fornecedores, clientes, responsáveis pelo processo decisório, etc.). A publicação obrigatória das demonstrações contábeis pelas sociedades por ações, estabelecido pela Lei 6.404/76 permite que a sociedade tome conhecimento da situação econômica e financeira das empresas, através da aplicação das técnicas contábeis, em especial a análise de balanços.

Diante do exposto, o presente artigo coloca como problema de estudo a necessidade de responder a seguinte indagação:

Como se encontra a situação econômica e financeira das empresas que o FUNRES tem participação acionária?

Este artigo tem como objetivo fornecer dados que contribua para formação da opinião pública sobre a política de incentivos fiscais do país, em especial a do Estado do Espírito Santo.

1.3 A Importância do Tema

Segundo o centro de documentação e informação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo – SEBRAE/ES, o FUNRES, em seus 30 anos de existência foi responsável pela geração de milhares de empregos, financiamentos e abertura de centenas de linhas de crédito. Apesar da afirmativa deste respeitável órgão, observa-se que, por ser um tema específico, cujos beneficiários são empresas situadas no estado do Espírito Santo, poucas ou nenhuma informação tem sido divulgada no sentido de informar a sociedade capixaba se estas empresas que receberam recursos do fundo estão sendo viáveis

economicamente, isto é, se estão dando lucro ou prejuízo, se a situação financeira que se encontram é equilibrada, se não caminham para um estado falimentar, e o mais importante, por se tratar de recursos públicos, se a perspectiva de retorno do capital aplicado pelo FUNRES será possível ou não retornar ao respectivo fundo.

1.3 A Metodologia Utilizada

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (Michaelis, 1998, p. 842), método é um “conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar um fim e especialmente para chegar a um conhecimento científico...” e metodologia é o “estudo científico dos métodos”. O método científico, por sua vez, é efetivado pela pesquisa, que é definida por Marconi & Lakatos (1996, p. 15) como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais”. Percebe-se que o objetivo fundamental de uma pesquisa é descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de métodos científicos.

Para realização deste trabalho identificou-se junto ao BANDES um grupo de 84 empresas que o FUNRES tem participação acionária. Deste universo foram coletadas e analisadas as demonstrações financeiras de 13 (treze) empresas pertencentes a esse grupo, o que veio corresponder a 15,5% do universo, o qual consideramos suficiente para expressar um indicativo de tendência.

2 O ESPIRITO SANTO E OS INCENTIVOS FISCAIS

2.1 Histórico do BANDES e do FUNRES

Em 1967 foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo – CODES, originada na iniciativa de se desenvolver estudos ligados ao Programa de Diversificação no Espírito Santo e Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo, elaborado pelo Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES.

Com a criação da CODES, o governo do estado juntou-se com lideranças políticas e empresariais, formulou diversos projetos de incentivos fiscais objetivando o desenvolvimento do estado e reiniciou um processo de reivindicação junto ao governo federal, buscando uma solução que possibilitasse a reativação da economia local.

Em 20/06/69, é Publicada a Lei Estadual nº 2.413 que, em atendimento à Resolução 93, do Banco Central, que recomenda a transformação das companhias de desenvolvimento em bancos especializados, autorizou a transformação da CODES no BANDES. O Decreto-Lei nº 880 de 18/09/1969 instituiu o FUNRES e regulamentou o GERES que é vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento com a finalidade de administrar e disciplinar o uso dos recursos do FUNRES. No dia 28 de novembro daquele mesmo ano, publica-se a Lei Estadual nº 2.469, concedendo incentivo de 5% sobre o saldo do ICMS a ser recolhido ao estado aos contribuintes nele estabelecidos.

O BANDES tem hoje investido nos principais programas de atuação, aproximadamente R\$ 292,8 milhões. Desde sua fundação, o banco já gerou mais de 150 mil empregos e aproximadamente 8000 mil operações de crédito.

A atuação do banco contempla todos os setores produtivos estruturados na economia capixaba, com uma predominância para o setor secundário, alcançando a implantação, ampliação, modernização e realocação de atividades produtivas, aquisição de máquinas e equipamentos, projetos de racionalização de processos produtivos e incorporação de tecnologia, modernização administrativa, implementação de programas de qualidade, projetos, de pesquisa e desenvolvimento, controle ambiental e complementação de capital de giro.

Podem aplicar recursos no FUNRES-ICMS todos os estabelecimentos de pessoas jurídicas, sujeitas à tributação do ICMS estabelecidos no estado, inclusive os estabelecimentos filiais de matrizes em outros estados.

Além de dar sua cota de participação para a formação de poupança regional, a viabilização de financiamentos de médios e longos prazos, a atratividade de projetos de importância para a economia capixaba e o desenvolvimento regional, ao fazer a opção pelo FUNRES através de deduções tributárias permitidas em lei (IR e ICMS) a empresa obtém algumas outras vantagens. Acesso a linhas e programas especiais de financiamentos para operações de implantação, expansão, modernização e realocação de projetos; subscrição de debêntures, sendo parte conversível em ações. É através da linha de subscrição de debêntures, sendo parte conversível em ações que o FUNRES tem se tornado acionista de empresas.

2.2 Análise das Demonstrações Financeira

A análise das demonstrações financeiras surgiu por motivos eminentemente prático e mostrou-se desde logo instrumento de grande utilidade para os usuários destas demonstrações, mas para sua aplicação é necessário que o leitor tenha conhecimento do que representa cada conta que nela figura. Há uma infinidade de contas decorrentes de inumeráveis operações realizadas por empresas das mais diferentes atividades.

A análise de balanço desta forma, visa extrair informações para tomada de decisões. O perfeito conhecimento dos significado de cada conta facilita a busca de informações precisa. É fundamental para quem pretende relacionar-se com a empresa.

Para as áreas de finanças e contabilidade a análise de balanço é um trabalho fascinante. E através dela que se pode avaliar os efeitos de certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa.

2.2.1 Análise vertical

Baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras, serve para mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrão do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores.

2.2.2 Análise horizontal

A evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências. Permite tirar conclusões sobre a evolução das empresas.

O índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.

O importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permite conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade da análise, portanto a quantidade de índice que deve ser utilizada na análise depende exclusivamente da profundidade que se deseja analisar.

A análise através de índices financeiros é genérica; relaciona grandes itens das demonstrações financeiras e permite dar uma avaliação à empresa. A análise vertical e horizontal desce a um nível de detalhes que não permite uma visão ampla

da empresa, mas possibilita localizar pontos específicos de falhas, problemas e características das empresas e explicar os motivos de a empresa estar em determinada situação.

3 A COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Do levantamento realizado BANDES foram identificadas 84 empresas beneficiadas com recursos do FUNRES através de participação acionária. A pesquisa documental conseguiu identificar as demonstrações financeiras das seguintes empresas:

1. Mapeli do Brasil;
2. Frinorte Frigorífico do Espírito Santo S/A;
3. Mizu S/A;
4. Granja Avenorte S/A;
5. Hotel Praia Sol;
6. Solar dos Colibris Hotel e Turismo S/A;
7. Neffa Turismo Evento e Comércio;
8. Aroso Hotéis e Lazer S/A;
9. Earl Galveas Oliveira Hotel e Turismo S/A;
10. Frinorsa – Frigorifico Norte Capixaba;
11. Poltex – Polido Têxtil S/A;
12. Vixtiles Mármore e Granitos S/A;
13. Incospal Construção S/A

As demonstrações financeiras foram agrupadas de forma a permitir a obtenção de informações básicas sobre a situação financeira e econômica destas empresas, em especial, buscou-se elementos para obter as seguintes respostas:

As empresas que o FUNRES tem participação acionária dão lucro?

As empresas que o FUNRES tem participação acionária estão equilibradas financeiramente?

Considerando que a pretensão deste trabalho é apontar indicativos e oportunizar novas pesquisas sobre o tema, apresentamos na Tabela 1 e 2 o resultado da agregação das contas:

3.1 Condensação dos dados coletados

TABELA 1- Indicadores do ano de 1999

Empresa	Lucro Líquido	C.C.L	Ativo Total	P.E	LC	LS	LG
1 Mapeli do Brasil S/A	(3.558.510,00)	(52.276,00)	10.937.664,00	5.777.602,00	0,95	8,66	1,06
2 Mizu S/A	(4.019,00)	335,00	40.620,00	3.984,00	1,05	5,94	0,66
3 Granja Alvenorte S/A	(556,00)	(166,00)	5.270,00	3.376,00	0,83	5,91	0,21
4 Hotel Praia Sol S/A	(1.302.057,00)	(15.712,00)	3.013.391,00	1.087.831,00	0,94	0,58	0,28
5 Solar dos Colibris S/A	10,00	(17,00)	3.180,00	969,00	0,26	0,22	0,27
6 Neffa Turismo Evento e Comércio S/A	26.393,00	(1.267.576,00)	9.618.151,00	4.039.805,00	0,19	0,17	0,31
7 Aroso Hotéis e Lazer S/A	(1.241.396,00)	(1.790.247,00)	7.356.049,00	2.509.471,00	0,09	0,07	0,07
8 Earl Glaveias Oliveira Hotel e Turismo S/A	(54,00)	(216,00)	4.655,00	1.090,00	0,0847	0,0508	0,0183
9 Frinorte Frigorífico do Espírito Santo S/A	(2.978.027,27)	(98.917,24)	4.409.327,93	2.564.415,20	0,86	5,91	0,26
10 Frinorsa - Frigorífico Norte Capixaba S/A	-	(15.869,00)	8.401.454,00	4.435.454,00	0,0228	0,0228	0,0083
11 Poltex - Polido Textil S/A	164,00	3.968,00	33.992,00	15.124,00	1,43	0,52	0,89
12 Vixtiles Mármore e Granitos S/A	(2.496.827,00)	(370.223,00)	15.860.456,00	11.536.457,00	0,92	3,09	0,81
13 Incospal Construção S/A	78.375,00	4.011.147,00	14.945.381,00	1.388.033,00	14,43	14,22	3,10
Soma	(15.927.049,27)	4.304.326,76	162.258.873,93	57.882.068,20			

TABELA 2 - Indicadores do ano de 2000

Empresa	L. Líquido	C.C.L	Ativo Total	P.E	LC	LS	LG
1 Mapeli do Brasil S/A	(3.549.147,00)	(199.959,00)	11.247.536,00	5.700.127,00	0,90	5,62	1,17
2 Mizu S/A	(1.063,00)	4.376,00	39.768,00	14.268,00	1,65	5,78	0,78
3 Granja Alvenorte S/A	(374,00)	(384,00)	5.534,00	3.248,00	0,48	7,13	0,11
4 Hotel Praia Sol S/A	(1.562.997,00)	127.605,00	2.865.665,00	1.201.045,00	1,68	1,45	0,27
5 Solar dos Colibris S/A	(425,00)	(89,00)	3.054,00	818,00	0,05	0,04	0,16
6 Neffa Turismo Evento e Comércio S/A	(340.663,00)	(2.364.688,00)	9.898.157,00	4.032.238,00	0,13	0,08	0,47
7 Aroso Hotéis e Lazer S/A	(1.904.333,00)	(2.930.104,00)	7.452.443,00	3.480.653,00	0,06	0,06	0,06
8 Earl Glaveias Oliveira Hotel e Turismo S/A	(57,00)	(168,00)	4.660,00	1.098,00	0,2038	0,1327	0,0392
9 Frinorte Frigorífico do Espírito Santo S/A	(3.894.695,19)	(838.497,65)	5.546.221,40	4.170.977,59	0,50	3,10	0,20
10 Frinorsa - Frigorífico Norte Capixaba S/A	-	(1.427.976,00)	9.097.293,00	4.771.293,00	0,0314	0,0314	0,0970
11 Poltex - Polido Textil S/A	408,00	4.954,00	44.438,00	19.393,00	1,52	0,98	0,76
12 Vixtiles Mármore e Granitos S/A	(2.364.407,00)	322.623,00	17.026.610,00	12.631.947,00	1,07	3,37	0,87
13 Incospal Construção S/A	3.715.115,00	5.104.657,00	18.310.039,00	1.154.525,00	29,78	28,26	5,86
Soma	(11.412.127,19)	6.482.660,35	178.897.964,40	75.967.805,59			

Definição de termos da tabela:

Lucro Líquido: É o resultado do exercício.

CCL – Capital Circulante Líquido: É a diferença apurada entre o valor do Ativo Circulante com o Passivo Circulante.

Ativo Total: O mesmo que Aplicação de Recursos, obtido pelo somatório do Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente.

P.E – Passivo Exigível: É a soma do Passivo Circulante + o Exigível a Longo Prazo.

L.C – Liquidez Corrente: É um índice apurado pela divisão do valor do Ativo Circulante pelo valor do Passivo Circulante.

L.S – Liquidez Seca: É um índice apurado pela divisão do valor do Ativo Circulante deduzido o valor dos Estoques pelo valor do Passivo Circulante.

L.G – Liquidez Geral: É um índice apurado pela divisão do valor do Ativo Circulante + o Realizável a Longo Prazo pelo valor do Passivo Exigível.

4 RESULTADO DA PESQUISA

Os resultados apresentados nas Tabelas 1 e 2 nos permitem fazer as seguintes observações:

1. 85% das empresas analisadas apresentam resultados negativos (prejuízo).
2. 15% das empresas analisadas apresentam resultados positivos (lucros)
3. As empresas em conjunto apresentam um prejuízo acumulado no valor total de (R\$27.339.176).
4. 70% das empresas operam com capital de terceiros, e 30% com capital próprio.
5. Houve um aumento na aplicação de recursos na ordem de 10%, entretanto o grau de endividamento aumentou em 31%.
6. 60% das empresas apresentam índices de liquidez inferior a 1.

5 CONCLUSÃO

O tratamento dos dados coletados nos permite responder a questão de pesquisa anteriormente formulada, objeto deste artigo: *Como se encontra a situação econômica e financeira das empresas que o FUNRES tem participação acionária?* Conclui-se que existem fortes indicativos que um número relevante de empresas que recebem incentivos fiscais apresentam resultados negativos sendo, portanto deficitárias, operam com capital de terceiros, apresentam índices de liquidez que sinalizam situação financeira propensa ao desequilíbrio.

6 REFERÊNCIAS

Profunres 30 anos. Programa de Fortalecimento do Mercado de Capitais do FUNRES, Vitória, 1999.

Plano de Ação do BANDES. Vitória, 1975/1979.

Caderno informativo de 2000. BANDES “Desenvolvimento tem este nome”

PIANTAVINHA, Beatriz. **O BANDES e o desenvolvimento tecnológico: uma avaliação do PADTES**. Vila Velha, 1996.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira e DAVEL, Eduardo Paes Barreto. **ADUFES**, Vitória, 1998.

BORGES, Fabiano Corrêa. **A utilização dos incentivos para a atração de Investimentos para o Espírito Santo**. Vitória, 1999.